

PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE ENTRE OS FILIADOS AO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO BRASIL

José Roberto Paludo¹

Julian Borba²

Éder Rodrigo Gimenes³

Resumo: O presente artigo pretende analisar os determinantes da participação de alta intensidade dos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Para tanto, considerando que tal temática permeia um campo de pesquisas ainda incipiente, baseamo-nos na literatura sobre participação, comportamento político, especialmente na obra *High-Intensity Participation: the dynamics of party activism in Britain* (WHITELEY; SEYD, 2002), a fim de investigar a hipótese de que a trajetória dos filiados, representada pela interação entre as variáveis de tempo de filiação e de idade, é determinante para explicar a intensidade do engajamento de filiados às atividades partidárias, complementada pelos recursos individuais e habilidades cívicas adquiridas no processo de socialização, os quais combinariam incentivos e retribuições simbólicas e materiais. Nossos resultados corroboram a hipótese central, bem como nos permitem inferir sobre o processo de alteração da base social dos filiados ao PT no Brasil, cujos reflexos são perceptíveis para além do contexto intrapartidário.

Palavras chave: Partidos políticos; Partido dos Trabalhadores; Filiação partidária; Participação de alta intensidade

Recebido em: 6/05/2018

Aceito em: 23/07/2018

¹ Centro Universitário Facvest – paludoprofessor@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina – julian.borba@ufsc.br

³ Universidade Estadual de Maringá/Centro Universitário de Maringá – ergimenes@uem.br

HIGH INTENSITY PARTICIPATION AMONG MEMBERS OF PARTIDO DOS TRABALHADORES IN BRAZIL

Abstract: This article concerns an analysis of the determinants of high intensity participation among members of Partido dos Trabalhadores (“Workers’ Party,” PT) in Brazil. As this theme is located within a nascent field of research, this analysis is based on the literature on participation, political behavior, and the work High-Intensity Participation: the dynamics of party activism in Britain (WHITELEY; SEYD, 2002), in order to investigate the hypothesis that the trajectory of party members, represented by the interaction between the variables of membership time and age, is determinant to explain how intensely members engage in party activities, as are, complementary, the individual resources and civic abilities they had acquired in their socialization processes, which combine symbolic and material incentives and returns. The results corroborate the central hypothesis, and enable inferences on the changes in the social base of PT members in Brazil, which has consequences noticeable beyond the internal context of the party.

Key words: Political parties; Partido dos Trabalhadores; Party membership; High intensity participation.

1. Introdução

O contexto internacional destaca a redução do envolvimento do eleitorado com partidos políticos, sendo que entre democracias consolidadas a percepção sobre o desalinhamento partidário é relativamente consensual e o debate se concentra acerca de seus efeitos, enquanto entre democracias mais novas as discussões sobre a existência (ou não) do fenômeno do desalinhamento e suas eventuais consequências, ocorrem de maneira concomitante (GIMENES, 2017).

De acordo com Scarrow (2007), tal redução teria duas causas. A primeira seria a necessidade de recursos à filiação, o que conduziria uma parcela expressiva dos indivíduos a buscarem outras possibilidades menos onerosas de participarem politicamente. Nesse sentido, com relação às motivações de ordem individual, Verba, Schlozman e Brady (1995) discorreram sobre o impacto de recursos individuais e de habilidades cívicas adquiridas ao longo da socialização com relação à participação política, o que, se considerarmos os referidos autores do campo do Comportamento Político em diálogo com a Sociologia do Militantismo, nos possibilitaria considerar a hipótese de o tempo de filiação apresentaria influência positiva sobre a intensidade do engajamento dos filiados, já que tais indivíduos, ao longo do tempo de filiação, adquiririam retribuições simbólicas e materiais (GAXIE, 2005) proporcionadas pela estrutura de oportunidades políticas disponíveis no partido em diferentes contextos (TILLY, 1992). Esse tipo de trajetória militante permitiria acumular experiência política e dominar a linguagem própria do meio (*habitus* do campo partidário), que, conseqüentemente, se transformaria em novas oportunidades de retribuições e reforçaria cada vez mais os laços de identidade com a trajetória do partido (PIZZORNO, 1988).

A segunda causa consistiria no fato dos partidos terem reduzido a oferta de motivos instrumentais aos cidadãos, como objetivos políticos coletivos, por exemplo. Nesse contexto, Whiteley e Seyd (2002) destacaram ainda que, não raras vezes, os partidos se aproximam do eleitorado por razões plebiscitárias e clientelistas, não por razões democráticas e favoráveis a melhorias públicas, o que significaria que tal relação pode ser estabelecida sem preocupação com o funcionamento da democracia ou considerando seus aspectos participativos, mas pautado exclusivamente pela preocupação das referidas instituições com o poder.

Contudo, tanto a literatura internacional quanto a literatura nacional têm avançado pouco nos estudos sobre filiados a partidos políticos, o que decorreria das dificuldades em analisar dados relacionados aos registros formais dos indivíduos como membros de instituições partidárias⁴.

No caso do Brasil, até o momento são poucas e recentes as pesquisas sobre filiados, sendo

⁴ Gimenes *et al* (2018, *no prelo*) destacaram os dois principais problemas que poderiam explicar a ausência de maior contingente de estudos sobre o tema, quais sejam: "O primeiro diz respeito ao registro de filiações em órgãos oficiais, alvos de críticas quanto à desatualização permanente tanto no contexto nacional (NICOLAU, 2012; CERVI, 2012; SPECK, 2013) quanto internacional (HEIDAR, 2006; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012), gerando superestimação dos dados em razão da fragilidade na notificação das desfiliações (HEIDAR, 2006; NICOLAU, 2012; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012; CERVI, 2012). Além disso, Heidar (2006) e Speck (2013) atentam para a possibilidade de falsificação de registros, por meio da inscrição de membros sem seu conhecimento. O segundo problema diz respeito a efetividade da atuação dos filiados, uma vez que muitos estão apenas formalmente vinculados aos partidos. É preciso considerar ainda que a intensidade da participação daqueles que, de fato, se engajam nas atividades partidárias tem se reduzido com o passar dos anos, segundo apontam resultados de pesquisas realizadas em democracias consolidadas (WHITELEY; SEYD, 1998; 2002; MAIR, 2003, WITHELEY, 2011, DALTON, 2013)".

que Speck (2013) utilizou dados oficiais de filiação, a despeito de críticas e dificuldades mencionadas acima, ao passo que Speck, Braga e Costa (2015) analisaram dados da onda do Estudo Social Brasileiro (ESEB) de 2014 acerca da filiação e da identificação partidária no país e Gimenes *et al* (2018, *no prelo*) investigaram os determinantes da filiação partidária também para uma amostra representativa da população nacional, baseada em dados do *World Values Survey* em sua onda de 2014. Por fim, destacamos as análises de Amaral (2014a; 2014b) e Ribeiro (2014) a partir de dados coletados no âmbito do projeto “Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)”, referente a filiados, em São Paulo, aos dez maiores partidos brasileiros.

Diante de tal contexto, exploramos neste artigo dados de uma amostra nacional e aleatória de filiados ao Partido dos Trabalhadores, legenda central à estruturação do sistema partidário e do enraizamento partidário no Brasil. Nesse sentido, nosso objetivo é, em diálogo com a literatura mencionada, identificar os determinantes da intensidade de participação dos filiados do PT.

Nesse sentido, procuramos responder às seguintes questões: Quais dimensões influenciam na intensidade de participação dos petistas? Quais os tipos de filiados têm participação de alta e de baixa intensidade? Como explicar os diferentes níveis de intensidade em diferentes fases da trajetória dos militantes?

Dialogando com a literatura destacada, partimos da hipótese de que a intensidade da participação dos filiados de base do PT se explicaria pela trajetória dos militantes, representada pelas dimensões de tempo de filiação e idade, relacionadas com outras variáveis de recursos individuais e habilidades cívicas adquiridas no processo de socialização e com as retribuições simbólicas e materiais obtidas ao longo das carreiras militantes em cada fase do petismo e de acordo com as estruturas de oportunidades em cada contexto.

Conforme exploraremos à frente, os dados analisados foram coletados entre 2013 e 2014, portanto em período anterior tanto à quarta vitória eleitoral consecutiva do PT à presidência da República quanto aos protestos, tramitação e votação do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Entretanto, nosso entendimento é de que os resultados deste artigo contribuem não apenas à agenda de pesquisas relacionadas ao PT e ao petismo, mas também aos estudos sobre as relações estabelecidas por eleitores com partidos políticos no âmbito nacional e das democracias em processo de consolidação, de modo geral.

Para tanto, este artigo apresenta, além destas considerações iniciais, outras cinco seções. Na próxima, abordamos aspectos teóricos acerca dos partidos políticos e de sua relação com os filiados, ao passo que a terceira seção discute sobre o PT e sua condição no sistema partidário brasileiro. A quarta seção trata de aspectos metodológicos e apresenta a base de dados utilizada nesta pesquisa, cujos resultados descritivos acerca do perfil dos filiados e os determinantes da participação de alta intensidade ao partido são expostos na quinta seção. Na última seção apresentamos as principais conclusões do trabalho.

2. Os partidos políticos e os filiados

Atualmente se observa uma onda crescente de manifestações de ódio à política, especialmente endereçadas aos partidos. Será isso uma manifestação contemporânea ou tem sido sempre assim? Charlot (1980) afirma que os partidos políticos são fenômenos recentes, complexos, parciais e contestados desde a sua origem, apesar da sua importância para a democracia.

A literatura sobre partidos é vasta. Sabe-se que tais instituições são essenciais à democracia e que passaram por profundas transformações ao longo da sua história (SCHATTSCHEIDER, 1942; KIRCHHEIMMER, 1966; DUVERGER, 1980 [1951]; KATZ; MAIR, 1994; MANIN, 1995), de modo que, resumidamente, podemos traçar uma “linha evolutiva” dos partidos em conformidade com quatro modelos históricos: os partidos de quadros, destacados no século XIX, num contexto de sufrágio censitário e filiações elitistas; os partidos de massas, surgidos no período entre 1880 e 1960, com sufrágio universal e filiações ativistas identificadas ideologicamente e com ênfase nos direitos e obrigações; os partidos *catch-all*, identificados a partir de 1945, em cenários competitivos, abertos à filiação heterogênea e individualizada, com ênfase apenas nos direitos e na disputa não mais pelos meios partidários, mas por espaços estatais e sufrágio universal; e partidos cartel, desde 1970, baseados na profissionalização da política, na eficácia eleitoral com recursos abundantes e sem preocupação com as filiações, mas apenas com voto e legitimação, o que transformou os partidos em aparato de Estado (HEIDAR, 2006).

Sobre tal evolução, cabe mencionar a crítica de Panebianco à literatura sobre modelos de partidos, que seria baseada em aspectos sociológicos e teleológicos, bem como os quatro dilemas organizativos dos partidos, quais sejam: [1] são organizações complexas que buscam tanto objetivos racionais como mediações de sobrevivência; [2] distribuem tanto incentivos coletivos quanto seletivos; [3] tanto buscam dominar o ambiente ou sistema político quanto tentam adaptar-se às condições do meio; e [4] os líderes têm autonomia limitada de ação, mediadas por coalizões e negociações. Diante de tais dilemas, o autor definiu critérios de classificação para a evolução de um processo organizativo ideal baseado em três fases - gênese dos partidos, processo de institucionalização e a fase da maturidade -, cada uma com características diferentes, mas influenciáveis entre si, de modo a propor uma taxonomia para o estudo dos partidos políticos, tomando-os como organizações que requerem uma análise “por dentro” dos próprios partidos para entender a sua evolução organizativa dentro de um sistema complexo.

Para além das definições sobre a estruturação dos partidos e sua tipificação, entretanto, a literatura recente aponta para o declínio da participação em tais instituições tanto quantitativamente, por meio da diminuição das filiações, como qualitativamente, em relação à intensidade do engajamento dos indivíduos, de modo que haveria uma redução da importância da participação dos filiados à manutenção das atividades partidárias (WHITELEY; SEYD, 2002; SEYD; WITHELEY, 2004; DALTON; FARRELL; MACALLISTER, 2011).

Com relação ao contexto do desengajamento partidário, Gimenes (2017) oferece amplo balanço da literatura que aponta, por um lado, as causas individuais e estruturais do fenômeno em democracias consolidadas e, por outro lado, discute as potenciais consequências desse afastamento à persistência dos regimes democráticos.

Dentre os autores que se dedicam aos estudos sobre o desengajamento partidário, Whiteley e Seyd (2002) se destacam por empreender análises dedicadas aos filiados a partidos políticos. Nesse

sentido, os autores analisam a intensidade da participação dos filiados como temática central aos estudos sobre o declínio do partidarismo, de modo que o fator central à participação de alta intensidade seria o envolvimento dos membros com as referidas instituições, por meio do compartilhamento de valores e da construção de uma memória coletiva, transmitida para as novas gerações através de mecanismos de socialização.

A fim de operacionalizar sua análise empírica, Whiteley e Seyd (2002) construíram uma escala de intensidade da participação partidária distinguindo as atividades que exigem maior custo de esforço e de tempo (alta intensidade) daquelas de menor custo (baixa intensidade). Para tanto, classificaram nove tipos de atividades desenvolvidas no interior dos partidos de acordo com os custos exigidos: ajudar nas campanhas eleitorais, ajudar na organização do partido, ajudar na apuração de votos, participar em reuniões e entregar panfletos seriam atividades que exigiriam alta intensidade de engajamento; enquanto doar dinheiro, assinar petições, segurar cartazes e estabelecer contato com político ou outros membros remeteriam à participação de baixa intensidade (WHITELEY; SEYD, 2002).

Os autores analisaram o declínio da participação nos dois principais partidos ingleses (Trabalhista e Conservador) através de duas ondas de *surveys* aplicados nos anos de 1994 e 2001 e constataram declínio quantitativo e qualitativo da participação partidária, ou seja, reduções tanto no número de filiados quanto na intensidade de seu engajamento nas atividades relacionadas aos partidos.

Com relação às análises sobre as atividades destacadas anteriormente, de maneira individual, Whiteley e Seyd (2002) verificaram, primeiramente, que o ativismo decresceu ao longo do período para praticamente todas as atividades, à exceção da doação de fundos. Em segundo lugar, constataram também que o declínio foi mais expressivo entre aquelas atividades relacionadas à participação de alta intensidade, quais sejam: assistir a reuniões, distribuir panfletos, apurar votos e participar na organização partidária.

A fim de identificar os preditores relacionados à redução da intensidade da participação partidária, os referidos autores operacionalizaram modelos de regressão a partir de distintas teorias explicativas da Ciência Política: voluntarismo cívico, teoria da escolha racional, e a psicologia social. As teorias foram analisadas por meio de modelos com conjuntos de variáveis independentes distintos, de modo que, diante de seus resultados, Whiteley e Seyd (2002) propuseram uma teoria alternativa, a qual denominaram de "incentivos gerais", que englobou uma combinação das variáveis anteriormente testadas nos diferentes modelos e recebeu acréscimo de outros indicadores⁵.

De modo geral, o conjunto de resultados permitiu aos autores inferirem que uma explicação possível ao desengajamento partidário seria o fato de que novos filiados seriam menos ativos do que os velhos filiados em decorrência da falta de contato face a face, ou seja, haveria uma tendência de que aqueles filiados a menos tempo se tornassem membros "virtuais", que pagariam suas taxas, mas teriam pouco ou nenhum contato com as atividades partidárias. Esta falta de contato inibiria o

⁵ Uma discussão detalhada acerca dos aspectos teóricos relacionados aos modelos do voluntarismo cívico, da escolha racional, da psicologia social e dos incentivos gerais encontra-se em Paludo (2017). Tendo em vista o objetivo deste artigo, nos deteremos aos resultados diante da pertinência de sua abordagem à interpretação do caso dos filiados ao Partido dos Trabalhadores brasileiro.

processo de socialização e tornaria improvável que esses filiados se tornassem ativos no futuro, uma vez que a intensidade da participação estaria relacionada tanto a razões cognitivas quanto afetivas (WHITELEY; SEYD, 2002).

Nesse sentido, o contato face a face operaria como um importante estímulo à participação, tanto em relação aos incentivos seletivos quanto aos incentivos ideológicos, sendo que a interação com os outros e a troca de ideias com as pessoas estimulariam a participação. No caso de incentivos seletivos, a ambição individual por construir carreira para impressionar seus pares e a vitória eleitoral serviriam tanto para se obter melhores posições na organização partidária como também fora dela. Já com relação aos motivos afetivos, novamente a falta de qualquer contato com outros produziria apenas uma anexação abstrata ao partido, com base em imagens de mídia distantes, de modo que, em contraste, o contato regular permitiria uma experiência concreta, além do que a mídia tende a distorcer, promovendo a construção da imagem do partido alinhada com sua própria agenda política (WHITELEY; SEYD, 2002).

Os resultados do modelo de incentivos gerais apontaram também para uma relação entre os incentivos por benefícios coletivos e os objetivos políticos dos membros, como, por exemplo, em relação ao Partido Trabalhista: a sustentação do Estado de bem-estar social - programas para os pobres, políticas de saúde pública e benefícios generosos para os desempregados - ocorreu em concomitância ao aumento da probabilidade de identificação partidária, mesmo durante a "Era Thatcher", em que os trabalhistas foram derrotados em quatro eleições seguidas inibiram e reduziram a participação no partido.

De modo geral, o argumento essencial dos resultados da análise de Whiteley e Seyd (2002) é que o indivíduo ativo politicamente responde a incentivos de três tipos: [1] de processo, quando sua participação de alta intensidade reúne a opinião e o interesse ao mesmo tempo; [2] por resultados, quando seus interesses são motivos privados, o que distingue os partidos em relação a outras organizações por serem instrumentos para alcançar um resultado específico como vencer eleições, compor governos e distribuir benefícios; e [3] ideológicos, enraizados de acordo com a chamada "lei da disparidade curvilínea"⁶, o que significaria que o radicalismo ideológico depende da motivação individual para juntar-se a um partido, o que permite interagir com espírito coletivo e contribui para obter incentivos que ajudam a fortalecer a crença ideológica.

No que tange às motivações que movem os indivíduos ao engajamento partidário, dois aspectos merecem destaque e dialogam com nossa perspectiva analítica: as formas de recrutamento e os tipos de retribuições esperadas pelos filiados. Com relação ao primeiro aspecto, desde Weber (2012 [1922]) até autores contemporâneos Webb e White (2010) há pesquisadores interessados em compreender os processos relacionados ao engajamento partidário, sendo que, dentre estes, destacamos o esforço teórico e metodológico de Fillieule (2001), que se propôs analisar o processo de engajamento, permanência e desengajamento através de relatos biográficos e observações etnográficas das experiências de vida, evitando o determinismo da posição de origem dos indivíduos e observando os laços interpessoais preexistentes de socialização, identidade, classe e posição social,

⁶A lei da disparidade curvilínea (MAY, 1973) propõe que os membros ou filiados sejam mais radicais na defesa ideológica e programática dos seus partidos do que os líderes ou os votantes, pois, na medida em que os líderes se interessam em obter votos, priorizam aproximar suas posições à dos seus eleitores em detrimento do programa ou ideologia do partido.

disposição psicológica e afetiva em romper com a visão teleológica de recrutamento individual feito pelas organizações.

Desta maneira, o autor considerou a militância como uma “atividade social específica”, de escolhas práticas e de tensões complexas. A noção de carreira teria relação com a tradição interacionista que entende a ação humana como processo no tempo e com dinâmica própria, não simplesmente condicionada por normas e estruturas, de modo que, portanto, tratar-se-ia de um processo diacrônico de socializações múltiplas, em esferas e redes de experiências e diferentes contextos (FELLIEULE, 2001).

Esse referencial teórico contribuiu com importantes pesquisas no contexto brasileiro, baseados em investigação sobre as trajetórias individuais ou coletivas, que vão desde a entrada em alguma organização, passando pelas redes de relações e oportunidades ao longo do ciclo de vida dos militantes, o que constituiria um processo em que ocorre o “hibridismo”, onde saberes individuais (de origem) e recursos de socialização (exógenos) sofrem reconversão em capital político (CORADINI, 2001).

Nesse cenário se destaca a Sociologia do Militantismo, área na qual dentre os principais referenciais teóricos está Gaxie (1977), que introduziu o debate sobre o engajamento baseado em recompensas ou mecanismos de retribuições, considerando a análise de carreiras militantes constituídas por fases de altos e baixos, motivadas pelo estado de espírito (tédio emocional), questões familiares e motivos financeiros, dentre outros. Essas fases seriam desiguais dentro do campo dos ativistas e diferenciaram-se ao longo do tempo de acordo com a oferta para a ação militante, que pode vir de partidos políticos, sindicatos ou associações, em forma de recrutamento individual ou combinado, o que conduziu o autor à constatação de que seria possível haver um multimilitantismo (GAXIE, 2005).

Por sua vez, Fillieule (2001) aprofundou o tema das “trajetórias militantes” ao analisar as origens, as trajetórias em si e eventualmente as saídas de (ex)militantes. Assim, a análise de carreiras militantes passou a ser vista como um processo dialético entre a história individual, as instituições e os contextos, numa sucessão de fases e de múltiplos engajamentos ao longo de um ciclo de vida (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE; PUDAL, 2010).

No campo do comportamento político, as diferentes formas de recrutamento dos filiados também são consideradas como importantes variáveis para entender seu ativismo político. Norris (2006) explica que o recrutamento deve ser observado como resultante da interação entre estruturas sociais e demandas institucionais que estabelecem filtros para o recrutamento político, enquanto Heidar (2006) analisa tal filtro sob duas perspectivas: pelo interesse dos partidos por filiados para ajudar em campanhas eleitorais, obter legitimidade e financiamento, recrutar novos candidatos, ser âncora das suas ideias na sociedade, sustentar opinião pública e desenvolver novas políticas; e pelos filiados que querem ser membros por razões individuais - como ter influência, obter favores materiais, informações, benefícios sociais e satisfação - e, em contrapartida, doam tempo, dinheiro e oportunidades, ou sociais - como tradição familiar, normas, ou ideologia (HEIDAR, 2006; RIBEIRO, 2014 b).

Já no tange aos benefícios, de acordo com Whiteley e Seyd (2002), no modelo de escolha racional a ação coletiva depende de incentivos privados, através do cálculo de custos e benefícios

individuais e coletivos que, por sua vez, se explicam através dos incentivos seletivos. Nesse sentido, incentivos por benefícios coletivos formam a base para os objetivos políticos de um partido e podem apresentar resultados positivos ou negativos. De maneira sucinta, as motivações individuais por incentivos coletivos positivos se dão por acreditar que o partido reduz o desemprego, melhora a saúde, defende direitos dos trabalhadores, promove o interesse do povo e implementa políticas gerais em seu favor, enquanto os incentivos negativos se dão através da mobilização para se opor aos objetivos do outro partido adversário que disputa a polarização política.

Diante de tais aspectos teóricos, é conhecido o quadro conceitual que permeia a discussão e análise empreendida neste artigo. Isto posto, avançamos, na próxima seção, a considerações sobre o caso do sistema partidário brasileiro, com destaque ao Partido dos Trabalhadores, e a considerações sobre os estudos referentes a filiados no país.

3. O PT no sistema partidário brasileiro⁷

A formação do sistema partidário brasileiro é recente, mas não se trata de uma exceção, pois está inserida no contexto da "democratização tardia" ou "democracias em processo de consolidação" (GIMENES, 2015, p.71), uma vez que se assemelha aos períodos de queda dos regimes militares em Portugal, Espanha e na maioria dos países latino-americanos, e, mais recentemente, em países do leste Europeu.

No âmbito da América Latina, verificamos muitas características semelhantes entre os sistemas partidários, para além de serem recentes, como os traços de fragmentação, volatilidade e baixo desenvolvimento (BAQUERO, 2000). Entretanto, há estudos que apontam evoluções estabelecimento de coerência ideológica e do funcionamento do sistema de partidos de modo geral, os quais estariam superando suas fragilidades, dentro dos seus limites históricos (ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002; LUPU, 2015; GIMENES, 2017).

No Brasil, costuma-se afirmar que o sistema partidário é recente, de modo que não seria correto tratar de sua organização antes de 1945, período considerado como de um sistema "proto" partidário ou de subdesenvolvimento partidário (FRANCO, 1980; SARTORI, 1982; KINZO, 1993; MAINWARING, 1997; MEZZAROBBA, 1998; LIMA JUNIOR, 1999). Entretanto, dada a descontinuidade das legendas partidárias durante o período autoritário militar, os partidos existentes atualmente têm como marco fundacional o ano de 1979, quando a legislação extinguiu os partidos então existentes e permitiu a criação de novas instituições partidárias.

Desde então, o sistema partidário nacional é caracterizado por número crescente de legendas – atualmente são 35 os partidos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁸ – e por concentração tanto das disputas eleitorais quanto entre o eleitorado por poucas legendas. Em se tratando dos pleitos, autores como Braga e Pimentel Junior (2011) argumentam que haveria dois

⁷ Neste artigo, nos concentramos aos aspectos relacionados ao PT. Análises acerca da conformação do sistema partidário brasileiro no período democrático atual e da relação entre o sistema partidário, os partidos políticos e o eleitorado nacional encontram-se em Gimenes (2018a; 2018b).

⁸ Disponível em <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em 18 set. 2018.

grandes partidos no Brasil (PT e PSDB), responsáveis pela concentração dos votos entre as eleições presidenciais de 1994 e de 2014 e que seriam responsáveis pela estabilização da competição partidária no país, de modo a favorecer algum grau de previsibilidade e, conseqüentemente, de permitir aos eleitores estabelecer imagens partidárias e construir lealdades.

Ribeiro (2013) concorda com a tese de que a bipolarização das disputas nacionais entre PSDB e PT contribui para reduzir a fragmentação do sistema de governo. No entanto, aponta que o financiamento público dos partidos através do fundo partidário e do espaço de propaganda partidário na mídia favoreceram, por outro lado a fragmentação: *"quizás estén elevando la competitividad y la fragmentación del sistema al sustentar los partidos pequeños y medianos"* (RIBEIRO, 2013, p.626).

Em alguma medida, tal fragmentação estaria relacionada à dimensão subnacional das eleições, desconsiderada em análises focadas apenas nos pleitos presidenciais. Nesse sentido, Carreirão (2014) destaca ser contraditória a percepção de que as eleições e o sistema partidário se estruturariam exclusivamente em torno do PT e do PSDB, ao passo que Gimenes (2018a; 2018b) figura entre os pesquisadores que afirmam haver um terceiro grande partido no Brasil, o PMDB, que responde por parcela expressiva dos cargos públicos eleitos tanto para os Executivos municipais e estaduais quanto para o Legislativo, de modo geral. O partido é, ainda, aquele por maior ramificação nos municípios brasileiros, o que reforça o argumento de que seria também uma legenda expressiva, a qual, não raras vezes, estrutura (ou desestabiliza, no caso do processo que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff) as coalizões de governo.

Para além das eleições, é preciso olhar os partidos sob a perspectiva do enraizamento junto ao eleitorado. Nesse sentido, um balanço da literatura sobre o tema (GIMENES, 2018b) destaca que, desde a redemocratização, as taxas de identificação partidária apontam majoritariamente para parcelas minoritárias de identificados ou simpáticos a partidos no país, sendo que a maioria dos que declaram partidarismo fazem-no com relação ao PT (GIMENES *et al*, 2016). Nos últimos anos, com destaque às manifestações que destacaram o antipartidarismo como causa, emergiu o sentimento negativo especialmente com relação ao PT, de modo que estudos recentes têm discutido também a relevância do antipetismo no Brasil (ZUCCO JUNIOR; SAMUELS, 2015; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016; PAIVA; KRAUSE; LAMEIRÃO, 2016; BORGES; VIDIGAL, 2018), de modo que Gimenes (2018b, p. 126) afirma que "o antipetismo estrutura o voto em candidatos de oposição ao partido, em maior medida, inclusive, do que o partidarismo manifestado pela legenda do candidato que recebe o voto".

Nesse sentido, o PT se destaca entre os partidos políticos brasileiros por seu papel de centralidade tanto à estruturação das disputas presidenciais quanto da conformação dos vínculos estabelecidos entre o eleitorado nacional, de modo que permanece válida a definição de Singer (2000), que atribui ao PT a condição de espinha dorsal do sistema político brasileiro, uma vez que os demais partidos tomariam a legenda como referência para seu posicionamento diante das clivagens relacionadas ao espectro ideológico.

Em se tratando, de maneira específica, da análise acerca de seus filiados, o estudo sobre o PT é relevante por diversos aspectos, dentre os quais destacamos dois. O primeiro, de origem histórica, remete à fundação do partido, que emergiu como novidade quando da retomada do multipartidarismo, uma vez que não foi criado a partir de grupos partidários remanescentes de

instituições anteriores, mas efetivou-se como representação político-partidária de grupos como sindicatos, movimentos sociais diversos e comunidades eclesiais de base, de modo a permitir o acesso de novos atores políticos no jogo democrático em processo de reconfiguração (SADER, 1988).

O segundo aspecto remete ao crescimento do partido entre o eleitorado, pois, diante de um contexto mundial em que os estudos apontam a redução do enraizamento partidário, o PT atingiu crescimento no número de filiados de aproximadamente 92% entre 2002 e 2014, o que correspondeu ao seu avanço de sexto maior partido em número de filiados à condição de segundo colocado (RIBEIRO, 2014b)⁹.

Ademais, cabe destacar que o PT é o partido mais estudado no Brasil. Conforme Menegozzo (2013), a produção bibliográfica sobre o partido é bastante extensa e há vasta literatura disponível acerca de diversos aspectos do petismo, de modo que, em síntese, poderíamos organizar as principais abordagens da literatura sobre o PT em três tópicos: [1] estudos relacionados às origens do partido como uma novidade no sistema partidário brasileiro (MENEGUELLO, 1989; GADOTTI; PEREIRA, 1989; KECK, 1991; CESAR, 2002; MENEGUELLO; AMARAL, 2008); [2] investigações acerca das transformações internas no modelo de organização e funcionamento do partido e os reflexos destas mudanças no papel dos filiados de base (RODRIGUES, 1990; NOVAES, 1993; SINGER, 2000; CESAR, 2002; RIBEIRO, 2008; MENEGUELLO; AMARAL, 2008; AMARAL, 2011); e [3] análises sobre as mudanças internas e externas relacionadas à legenda e seus reflexos sobre a identidade do petismo atualmente (SINGER, 2000; 2012; HUNTER; POWER, 2007; LÍCIO; RENNÓ; CASTRO, 2009).

No que diz respeito especificamente à participação partidária, os estudos ainda são incipientes no país. Os resultados expostos por Ribeiro (2014a), ainda que restritos a conjuntos de filiados aos dez maiores partidos no estado de São Paulo destacam aspectos relevantes ao fortalecimento desta agenda de pesquisas, tais como: os filiados têm alto nível de envolvimento, ou seja, desenvolvem a participação de alta intensidade. A constatação do autor foi de que 81% dos filiados afirmaram estar envolvidos em alguma atividade partidária e dedicam algum tempo ao partido, sendo que 26% pagam contribuição mensal, 23% fazem doações para campanhas e 46% trabalham em campanhas, em condição remunerada, nomeados em cargos ou não.

Ainda de acordo com o pesquisador, o PT se destaca com relação aos demais nove partidos contemplados pelo levantamento de dados, uma vez que 92% dos filiados petistas que participaram da pesquisa informaram se engajar em alguma atividade relacionada ao partido, 25% indicaram que dedicam mais de 40 horas mensais ao partido, 76% declararam pagar contribuição mensal e 46%

⁹ A preferência partidária dos eleitores pelo PT também cresceu de forma consistente entre 1989 (5%) até 2004 (20%), sendo que o partido atingiu percentuais semelhantes aos do PMDB em 1993, até então o partido de maior preferência no Brasil, e desde 1999 o PT abre uma larga diferença na preferência partidária, conforme dados históricos do Instituto Datafolha (SAMUELS, 2008). Considerando o período de instabilidade política por conta do mensalão, Veiga (2011) e Gimenes *et al* (2016) destacam que o escândalo de corrupção foi acompanhado da redução da identificação com as legendas em geral, sendo que, posteriormente, apenas o PSDB e o PT obtiveram retomadas consistentes do indicador de partidarismo, com destaque ao segundo partido, que, mesmo tendo ocupado posição central na mídia pelo fato de ocupar a presidência da República e ter diversos nomes relacionados ao escândalo, obteve expressivo crescimento do número de identificados (GIMENES, 2018a). De maneira semelhante, dados de opinião pública divulgados por veículos de imprensa ao longo dos anos de 2017 e 2018 apontam para novo crescimento do petismo entre o eleitorado, a despeito das denúncias e processos que levaram ao impedimento da então presidenta Dilma Rousseff em 2016.

manifestaram que efetuaram doações na última campanha¹⁰.

Ao mesmo tempo, os filiados (em geral) demonstraram alto grau de confiança institucional nos partidos, muito acima da média da população em geral, e também a crença na importância da sua participação nas decisões partidárias, ao passo que, em média, a maioria declarou ter motivações relacionadas às suas convicções (38%), à perspectiva de desenvolvimento de carreira política (15%) e por conta da tradição familiar (15%) para manter-se vinculado aos partidos. No entanto, ainda com relação ao recrutamento, apenas uma minoria filiou-se aos partidos depois de participar em sindicatos, organizações não-governamentais ou movimentos sociais e comunitários, com destaque ao PT, em que 25% declararam ter participado das organizações destacadas antes de filiarem-se ao partido (RIBEIRO, 2014a).

Dada a relevância do fenômeno do partidarismo, o papel do PT no contexto político-partidário nacional e a ausência de estudos sobre tais relações, este artigo se destaca por seu ineditismo na exploração de dados relacionados a uma amostra nacional significativa de filiados ao Partido dos Trabalhadores, sobre a qual expomos aspectos metodológicos e análises de dados nas próximas seções.

4. Aspectos metodológicos

Conforme descrito anteriormente, a ausência de dados demandou inicialmente a elaboração de um *survey* para que fosse possível atingirmos o objetivo de pesquisa, de modo que nesta seção discorreremos sobre a confecção do questionário e sua aplicação.

Em se tratando da construção do questionário, foram verificados os conteúdos de documentos referenciais acerca dos filiados ao partido, como as pesquisas com delegados de Encontros e Congressos Nacionais do partido e bancos de dados sobre os filiados à legenda, por exemplo. O conjunto desses dados foi obtido majoritariamente junto à Fundação Perseu Abramo (FPA) e à Secretaria Nacional de Organização do PT.

Com relação ao banco de dados sobre os filiados, especificamente, este foi o documento central à definição do desenho amostral da pesquisa, uma vez que possibilitou, a partir do conhecimento sobre o número total de filiados, o cálculo do tamanho da amostra, bem como a definição de que buscar-se-ia proporcionalidade regional e aleatoriedade entre os entrevistados¹¹.

Para tanto, o questionário da pesquisa foi composto por 56 perguntas¹² e optou-se por organizá-lo para que fosse auto-administrado. A etapa de pré-teste demonstrou que, a despeito da quantidade de questões, o tempo médio de auto-aplicação era inferior a trinta minutos, considerado satisfatório pelos pesquisadores envolvidos com a elaboração do instrumento, sendo que o

¹⁰ No momento da coleta de dados, referia-se ao pleito de 2010.

¹¹ Conforme dados oficiais do partido, haveria 1,7 milhões de filiados quando da elaboração dos cálculos amostrais, os quais foram conduzidos considerando tal população e estimativa de margem de erro tolerável de 4%. Adotamos os procedimentos determinados por Barbetta (2012) e encontramos n=625. Definido o tamanho da amostra para 625 casos, procedemos sua estratificação por sexo, faixa etária e macrorregiões, a fim de garantir a representatividade dos resultados encontrados.

¹² O questionário completo encontra-se em Paludo (2017).

desempenho dos respondentes revelou-se relacionado ao nível de conhecimento acerca dos temas contemplados.

Com relação à auto-aplicação do questionário, foram estabelecidas duas estratégias. A primeira consistiu no envio de questionários via Correios aos diretórios e escritórios para que fossem auto-aplicados aos filiados em 10 de novembro de 2013, data de realização do Processo de Eleições Diretas (PED), quando foram mobilizados cerca de 400.000 filiados, mas a estratégia se revelou pouco frutífera, dado o baixo número de respostas encaminhadas em devolução: 831, sendo que após a conferência de questionários incompletos e/ou com alta recorrência de não respostas e ponderação com relação à amostra restaram 112.

Diante de tal dificuldade, optou-se pelo envio dos questionários por e-mail¹³, os quais foram respondidos por 1.183 filiados, dentre os quais foram realizadas verificações para eliminação de questionários incompletos e/ou com respondentes repetidos, bem como selecionados aleatoriamente, dentre os casos restantes, aqueles que comporiam as cotas de distribuição por sexo, faixa etária e macrorregião, totalizando 513 respostas.

Os e-mails foram encaminhados em 25 de março de 2014. A despeito das dificuldades para conscientizar os filiados sobre a importância da participação na atividade, a coleta de dados foi considerada finalizada em 15 de setembro de 2014, quando se verificou que a representatividade da amostra fora atingida de maneira satisfatória.

5. Determinantes da participação de alta intensidade entre os filiados ao PT

Iniciamos esta seção com uma breve apresentação de dados descritivos acerca da composição da base de filiados ao PT. Para tanto, retomamos nossa expectativa com relação ao período de filiação ao partido. Conforme apontado anteriormente, o PT obteve expressivo crescimento entre o eleitorado especialmente a partir da década passada, sendo que no período referente aos três mandatos presidenciais concluídos foi verificada a elevação no número de filiações de 414.000 (2002) para 1.725.000 (2014), o que contribuiu para que a legenda se tornasse aquela com maior crescimento em quantidade de filiados e em aumento da organização de diretórios municipais e fosse alçada à condição de segundo maior partido do Brasil (ZUCCO; SAMUELS, 2014).

Tendo em vista que o partido sofreu alterações consideráveis na maneira como se relacionava internamente e com o eleitorado, especialmente no que diz respeito à suavização de pautas tidas como “de esquerda” em direção ao abrandamento das desigualdades sociais com propostas “menos radicais”, esperávamos que houvesse três distintos tipos de filiados ao partido. No primeiro grupo esperávamos encontrar aqueles que se filiaram por questões ideológicas e/ou relacionadas à luta pela redemocratização e por uma nova organização do sistema político brasileiro após o regime militar, os quais buscamos reunir como filiados entre 1980 e 1995.

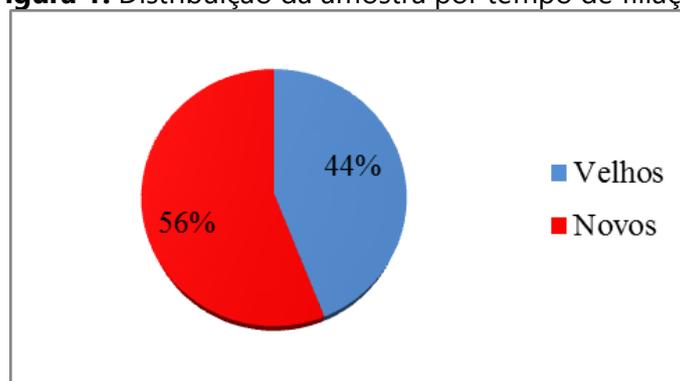
¹³ Reconhecemos os limites da auto-aplicação de questionários via internet (EVANS; MATHUR, 2005; VEHOVAR; MANFREDA; KOREN, 2007), mas compreendemos ser uma estratégia válida e pertinente a pesquisas que se debruçam, de maneira inovadora e exploratória, sobre objetos que ainda representam desafios à Ciência Política, como a realização de *surveys* nacionais entre filiados a partidos políticos.

O segundo grupo seria composto por aqueles que se filiaram ao partido após o início do processo de amenização de pautas de extrema esquerda rumo a discursos e práticas de centro-esquerda e ao estabelecimento de diálogos com outros grupos organizados, o que culminou, por exemplo, na elaboração da “Carta ao Povo Brasileiro” e na constituição da chapa pela qual foram eleitos Lula e José Alencar, vice-presidente filiado ao Partido Liberal (PL). Nesse sentido, esperávamos identificar filiados com expectativas menos específicas com relação a aspectos ideológicos, que ingressaram no partido entre 1995 e 2002.

Por fim, o terceiro grupo seria composto por novos filiados, que buscaram a institucionalização de seu vínculo com o PT após a vitória nas eleições majoritárias de 2002 e seriam aqueles que, em alguma medida, foram beneficiários ou julgaram positivamente a atuação do partido no Governo Federal. Assim, comporiam o terceiro grupo os filiados entre 2003 e 2014.

A fim de testar a possibilidade de considerar tal divisão dos filiados em grupos, realizamos análises descritivas para verificar seu perfil sócio-demográfico e aspectos pertinentes à sua cultura política (valores, atitudes e comportamentos), de modo que os resultados revelaram a inexistência de diferenciação estatística entre os conjuntos que definimos como primeiro e segundo grupos. Assim, inferimos que o perfil daqueles que ingressaram formalmente no PT durante a chamada “Era Zé Dirceu” (RIBEIRO, 2008), que promoveu mudanças organizativas significativas no partido, não apresentava diferenças em relação àqueles que se filiaram em períodos mais próximos à fundação da legenda, de modo que *optamos, então, por binarizar a amostra entre velhos e novos filiados, distinguindo os indivíduos entre filiados no período 1980-2002 e 2003-2014*. Isto posto, a distribuição de nossa amostra destacou a predominância dos novos filiados entre os respondentes (Figura 1).

Figura 1. Distribuição da amostra por tempo de filiação



Fonte: Survey “Filiados de Base do PT” (2014).

Com relação aos demais aspectos definidores da amostragem, a amostra atendeu a distribuição por macrorregiões¹⁴, o que corroborou e atualizou a constatação de César (2002), Terron e Soares (2010) e Veiga (2011) acerca da nacionalização do partido, bem como a distribuição dos

¹⁴ Tendo em vista a quantidade de filiados e a proximidade de suas características, optamos por considerar as regiões Norte e Centro-Oeste em conjunto nesta análise.

filiados por sexo¹⁵ com expressiva elevação do engajamento feminino e a grande participação de adultos entre as faixas etárias de 30 a 44 anos e de 45 a 59 anos¹⁶. Destaque-se ainda a evolução histórica dos níveis de escolaridade e renda dos filiados, acima das médias nacionais¹⁷.

Ademais, verificamos as motivações e vínculos dos filiados e constatamos que 47% dos entrevistados se filiou ao partido por conta do ideário da legenda, enquanto 30% declarou ter sido influenciado por sindicato, associação, movimento social, igreja ou pelo movimento estudantil e 23% remeteram sua filiação a laços afetivos, como algum familiar, amigo, contato social ou colega de trabalho. Ao separarmos os filiados entre velhos e novos, o ideário permanece como principal motivador à filiação, mas verificamos distinções entre o segundo e o terceiro aspectos, quais sejam: instituições sociais foram mais relevantes aos velhos do que os novos filiados, enquanto o recrutamento afetivo influenciou mais os novos filiados do que os velhos¹⁸.

Nesse sentido, tais resultados denotam que os tipos de recrutamento ajudam a explicar diferentes formas de socialização entre as gerações de filiados, ressalvado que, conforme Pizzorno (1988), a identidade dos militantes com as organizações se dá nos círculos de reconhecimento coletivo, nas redes de relações, nas ideias e nos fatores afetivos, ou seja, muitos militantes consideram-se motivados por mais de uma das opções ao mesmo tempo.

No que tange especificamente aos movimentos sociais, constatamos ainda que a maioria dos filiados têm participação constante (já participava antes de se filiar e segue participando) ou se engajou somente após a filiação partidária. Contudo, o engajamento em movimentos tradicionais (como sindicatos, associações de moradores e igrejas, por exemplo) é menor hoje do que quando da filiação, ao passo que, em contrapartida, a militância em novos movimentos sociais (como ambiental, LGBT e de mulheres) se dá de forma mais intensa após a filiação ao partido, o que significa que o estabelecimento e vínculo partidário formal pode ser um motivador ao engajamento também em novos movimentos sociais, com bandeiras menos tradicionais ou pós-materiais (NORRIS, 1999; INGLEHART; WELZEL, 2009).

¹⁵ Ainda que não seja objeto de análise desta pesquisa, destacamos que o PT aprovou no seu IV Congresso em 2010 a paridade de gênero para todas as instâncias e delegações do partido, junto com a cota de 20% para jovens (até 29 anos) e 20% étnico racial. Chama atenção que no IV Congresso do PT em 2010 a regra previa 30% de mulheres delegadas, porém, se dividi-las por tempo de filiação, naquele momento já havia 44% de mulheres delegadas novas filiadas, ou seja, entre as novas filiadas já havia uma representação próxima da regra definida para os eventos posteriores (PALUDO, 2014).

¹⁶ Consideramos critérios geracionais definidos por Mannheim (1993 [1928]), operacionalizados por Okado e Ribeiro (2015), e considerando determinações do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) e definições estatutárias do próprio PT.

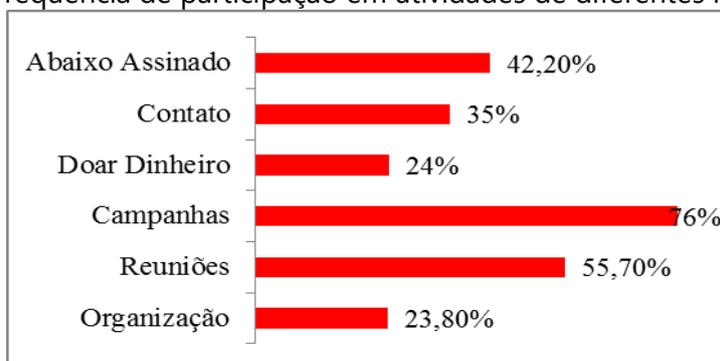
¹⁷ Análises detalhadas destas e de outras variáveis do perfil dos filiados ao PT encontram-se em Paludo (2017).

¹⁸ Utilizamos em nossa análise a seguinte indagação: "O que levou você a se filiar no PT?" As respostas foram recodificadas em três variáveis: recrutamento por ideias (sempre gostei das ideias do PT); recrutamento por movimentos sociais (fui influenciado no sindicato, associação, movimento social, igreja; ou pelo movimento estudantil); recrutamento afetivo (fui influenciado por alguém da família, algum amigo, contato social, ou por alguém no local de trabalho). Esses três tipos de recrutamento podem ser relacionados com diferentes características de militância, ou seja, os ideológicos (recrutamento pelas ideias), os influenciados pelas normas sociais (recrutamento pelos movimentos sociais) e os carismáticos ou rituais (recrutamento afetivo). Na operacionalização dessa dimensão, foram construídas três variáveis, considerando a fundamentação teórica e os testes empíricos realizados. Para verificar a possibilidade de agrupamento das variáveis, utilizamos a técnica da análise fatorial por componentes principais, a qual possibilitou a criação de fatores relacionados às seguintes modalidades de recrutamento: [1] recrutamento afetivo, composto pelas opções de rede de relacionamento social (família, amigos e contato social); [2] recrutamento em movimentos sociais, considerando-se o engajamento prévio em sindicatos, associações, movimentos sociais ou igrejas, somados a influência de colegas em local de trabalho; e [3] recrutamento ideológico, que considera o engajamento dos indivíduos com base na identidade com as ideias do PT.

Isso corrobora a análise de Gaxie (2005) segundo a qual a oferta para a ação militante pode vir de partidos políticos, sindicatos ou associações, de forma individual ou combinada, ou seja, poderá haver um multimilitantismo, que resulta de um processo dialético entre a história individual, as instituições e os contextos, numa sucessão de fases e de múltiplos engajamentos ao longo de um ciclo de vida (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE; PUDAL, 2010), conforme analisado empiricamente por Seidl (2009) e Oliveira (2013).

Tendo em vista a descrição do perfil dos filiados, a análise acerca da intensidade da participação entre os filiados ao PT tomou como referência o estudo de Whiteley e Seyd (2002), anteriormente destacado neste artigo, o qual apresentou uma relação de atividades classificadas em uma escala de custos de participação, baseada nas dimensões de tempo e esforço despendidos. Nesta pesquisa, adequamos o *survey* original a um repertório composto por seis variáveis, referentes às quais nosso entendimento é de que sejam capazes de mensurar a intensidade de participação dos petistas. Tais variáveis foram assim dispostas: doar dinheiro para o partido, fazer contato com políticos e assinar petições foram determinadas como atividade de baixa intensidade; enquanto participar da organização partidária, participar em reuniões e participar de atividades em campanha eleitorais foram determinadas como ações de alta intensidade.

Figura 2. Frequência de participação em atividades de diferentes intensidades



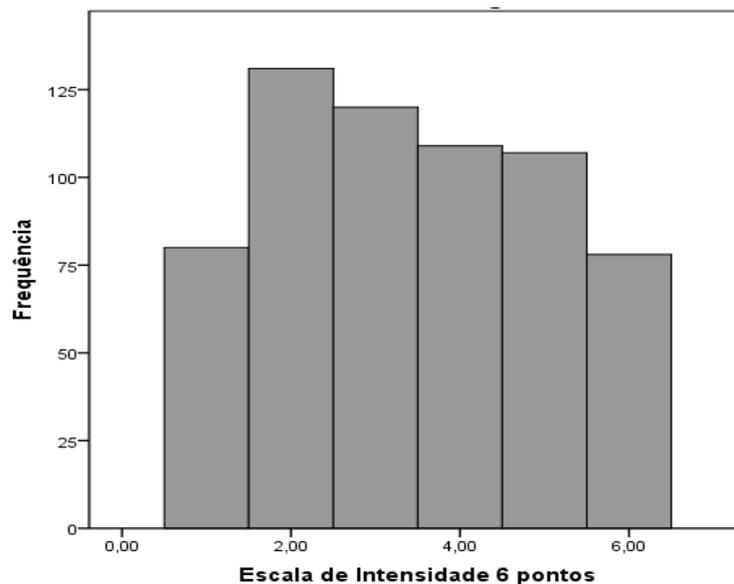
Fonte: *Survey* "Filiados de Base do PT" (2014)

Dentre as opções com maior percentual de participação dos petistas estão duas atividades consideradas de alta intensidade de participação: as campanhas eleitorais, das quais mais de dois terços dos filiados se engajam, e as reuniões, das quais mais de metade dos filiados declararam participar. Na sequência, verificamos o desenvolvimento das atividades de baixa intensidade (abaixo-assinados, contatos com autoridades e doação de recursos financeiros) e, com menor frequência, a modalidade de ação que exige maior esforço e dedicação de tempo, a participação na organização partidária.

A fim de produzir uma análise acerca do engajamento dos filiados petistas aos moldes do estudo pioneiro de Whiteley e Seyd (2002), operacionalizamos a construção de um índice que considerou tanto a frequência de envolvimento dos respondentes em cada atividade quanto as especificidades do contexto político brasileiro. Nesse sentido, foram atribuídos pesos às atividades, da seguinte maneira: as variáveis consideradas de alto custo de participação (participar da direção, ajudar na organização partidária e participar de reuniões) receberam peso quatro; para atividades

relativas às campanhas eleitorais definiu-se peso três; o estabelecimento de contato social com políticos recebeu peso dois; e doar dinheiro e assinar abaixo-assinado correspondem ao peso um. O somatório destas atividades (com seus respectivos pesos) gerou um indicador com escala de vinte e cinco pontos de amplitude (0 a 24), de modo que, a fim de simplificar a visualização e a análise dos dados, optamos pela recodificação desta ampla escala em outra, menor, com apenas seis pontos¹⁹.

Figura 3. Intensidade da participação dos filiados



Fonte: Survey "Filiados de Base do PT" (2014)

A identificação dos determinantes da intensidade de participação entre os filiados petistas diz respeito a um problema de pesquisa complexo, que requer a estimação de relações de causalidade para a qual consideramos um conjunto de variáveis independentes, de modo que optamos pela construção de modelos de regressão linear múltipla, em função da natureza de nossa variável dependente, a fim de constatar o impacto de possíveis variáveis explicativas sobre a variável dependente (MAROCO, 2011).

Para tanto, os testes empíricos foram elaborados de maneira parcimoniosa, a fim de testar a capacidade explicativa de características decorrentes de distintas hipóteses de investigação, para o que foram construídos modelos de regressão em três etapas. Primeiramente, estabelecemos um modelo simples, tomando a intensidade da participação como variável dependente e as variáveis de

¹⁹ No ponto 1 da escala estão aqueles filiados cuja soma das atividades em que participam com o peso do custo de participação chega até 4 pontos; no ponto 2 estão aqueles filiados cuja somatória de atividades com peso do custo de participação está entre 5 e 8 pontos, e assim por diante até o ponto mais alto da escala de 6 pontos que corresponde aos filiados cuja aquela somatória se localiza no intervalo de 21 a 24 pontos.

tempo de filiação e de *faixa de idade* como variáveis explicativas, sendo que a segunda variável faixa de idade foi operacionalizada de duas formas distintas, o que resultou em dois modelos²⁰. Além dessas variáveis, incluímos escolaridade e sexo como controles.

No segundo momento, avançou-se à utilização de termos interativos entre as variáveis *tempo de filiação* e de *faixa de idade*²¹, o que resultou em seis perfis de filiados, utilizados como variáveis independentes em diferentes modelos de regressão, os quais buscaram identificar os efeitos específicos de cada perfil sobre a intensidade da participação. Dentre tais modelos, os perfis de novos filiados de média idade, novos filiados de alta idade e velhos filiados de alta idade se revelaram explicativos da intensidade da filiação.

Diante dos resultados anteriores, foram incluídos nos modelos os diferentes perfis decorrentes dos termos interativos e as demais variáveis consideradas explicativas da participação partidária, pela literatura sobre o tema, quais sejam: renda, tempo livre e eficácia política subjetiva como *recursos individuais*, *tipo de recrutamento* (afetivo, através de movimentos sociais e ideológico) e as diferentes *retribuições* esperadas da participação (ideológicas, simbólicas e incentivos por benefícios coletivos)²².

Destacamos a seguir os efeitos decorrentes dos resultados das etapas de análises, para a qual construímos seis modelos de regressão linear. Em todos os modelos mantivemos como controles as variáveis sexo, escolaridade e aquelas destacadas no parágrafo anterior referentes aos recursos individuais, ao tipo de recrutamento e às retribuições almejadas.

As especificidades de cada modelo estão relacionadas ao tempo de filiação e à idade dos filiados, para as quais adotamos diferentes abordagens, quais sejam: no modelo 1, utilizamos variáveis contínuas para medidas de tempo de filiação e de idade (anos de filiação e anos de vida, respectivamente), individualmente; no modelo 2 consideramos o tempo de filiação como variável

²⁰ Conforme apresentado na descrição do perfil dos filiados, a primeira modalidade de idade resultou de um recorte que considerou a primeira faixa etária com base nos padrões do Conselho Nacional da Juventude e no próprio Estatuto do PT, ou seja, até 29 anos, com faixas seguintes divididas em quinze anos cada: [1] até 29 anos; [2] 30 a 44 anos; [3] 45 a 59 anos; e [4] mais de 60 anos. Em relação à segunda construção da variável, buscou-se um critério que correspondesse ao desenvolvimento do ciclo de vida dos petistas, de modo que consideramos como ponto para estabelecimento da primeira faixa de idade até 34 anos, considerando como categoria todos os filiados nascidos a partir de 1980 (ano de fundação do PT), mantendo o padrão médio de divisão de faixas etárias posteriores em 15 anos, o que resultou em três faixas etárias: [1] baixa idade entre 18 a 34 anos; [2] média idade de 35 até 49 anos; e [3] alta idade com mais de 50 anos.

²¹ Utilizamos a variável faixa etária com três categorias, especialmente por conta de sua adequação à interatividade testada, já que a variável com quatro faixas etárias não dispunha de velhos filiados de baixa idade. Ademais, por conta de nossa expectativa de testar todos os resultados (combinações) decorrentes da interação, o uso de apenas três faixas etárias tornou o termo interativo menos disperso, o que conferiu maior consistência a cada um dos perfis resultantes. Como terceira justificativa, destacamos que a opção pela utilização de três faixas de idade é mais coerente às análises relacionadas com as mudanças ocorridas na trajetória do PT, portanto, de acordo com Mannheim (1993 [1928]), resultariam numa distribuição geracional melhor localizada no contexto socioeconômico e nas conexões culturais. Por fim, tomados em comparação, os modelos referentes às distintas configurações de faixas etárias apresentaram valores de *Beta* e de *R*² Ajustado semelhantes, de modo que, estatisticamente, a escolha por modelos com três ou quatro categorias de faixas etárias não acarretaria em prejuízo ao resultado.

²² A operacionalização destas variáveis contemplou critérios teóricos e técnicos, utilizando inicialmente a análise fatorial para agrupar variáveis, sendo que os resultados retornaram as seguintes modalidades de retribuições: [1] retribuição por ideologia, a soma das motivações por “ajudar a construir a igualdade social” e “promover mais justiça social”; [2] retribuição por benefícios simbólicos, composta pelas variáveis “ajudar o PT ganhar eleições”, “ajudar a derrotar os adversários”, “ser ativista”, “ajudar na direção do partido” e “ter influência no partido”; e [3] retribuição por benefícios coletivos, composta pelas opções “liderança de Lula”, “desempenho da Presidente Dilma” e “novas políticas implantadas pelo governo federal”.

dicotômica (velhos e novos filiados, conforme definido anteriormente) e faixa etária com quatro categorias, ao passo que no modelo 3 mantivemos o tempo de filiação dicotômico e consideramos faixas etárias em três categorias; os demais modelos incorporam os perfis de filiados para os quais testes anteriores revelaram sua significância estatística à explicação da intensidade da participação, de modo que 4, 5 e 6 o modelo 4 se refere aos novos filiados de média idade, o modelo 5 contempla os novos filiados de alta idade e no modelo 6 tratamos dos velhos filiados de alta idade.

Nossa expectativa foi de analisar os múltiplos determinantes que influenciam a intensidade de participação nas atividades partidárias entre filiados ao PT, tendo como hipóteses:

1. Homens tenham mais chance de participar de maneira intensa das atividades partidárias;
2. Escolaridade e demais recursos individuais não influenciariam nesse tipo de participação, à exceção da eficácia política subjetiva;
3. Recrutamento por conta de identificação ideológica e de vínculos com movimentos sociais implicam em maior intensidade de participação, de modo que o recrutamento afetivo não surtiria efeito;
4. Efeitos positivos dos distintos tipos de retribuições do engajamento militante, com expectativa de que os efeitos das retribuições ideológicas e simbólicas sejam mais significativos do que a retribuição de incentivos por benefícios coletivos, considerando a visão normativa que constitui o *habitus* do ativismo desinteressado (GAXIE, 2005)²³; e
5. Efeitos distintos do tempo de filiação com relação a indivíduos com alta idade, de modo que velhos filiados de alta idade disponham de maior intensidade de participação e que novos filiados de alta idade exerçam efeito negativo sobre a variável dependente.

Tabela 1. Determinantes da intensidade da participação entre filiados

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Constante	1,834***	1,706***	1,725***	1,59**	1,641***	1,511**
Sexo	-,015	-,012	-,013	-,010	-,021	-,012
Escolaridade	,054	,063	,059	,060	,055	,062
Renda	-,005	-,009	-,004	-,013	,007	-,034
Tempo livre	,011	,023	,024	,026	,016	,012
Eficácia política subjetiva	,076*	,081*	,079*	,079*	,080*	,079*
Recrutamento afetivo	,026	,030	,032	,040	,023	,053
Recrutamento por movimentos sociais	,096*	,077	,075	,098*	,086*	,087*
Recrutamento ideológico	,033	,031	,032	,031	,036	,034
Retribuição por benefícios coletivos	,016	,030	,031	,022	,026	,011
Retribuição simbólica	,297***	,279***	,281***	,291***	,284***	,301***
Retribuição ideológica	,199***	,188***	,189***	,186***	,194***	,191***
Anos de filiação	,098*					
Anos de vida	-,076					
Tempo de filiação (novos/velhos)		,145**	,148**			

²³ Com relação à visão normativa que constitui o *habitus* do ativismo desinteressado nos partidos operários, Gaxie (2005) ressalta os motivos “legítimos” de engajamento militante por ideologia ou envolvimento em questões coletivas em detrimento dos motivos considerados reducionistas de envolvimento político a partir de relações pessoais ou sociais.

engajamento em atividades partidárias, no que tange à intensidade, é influenciado, em alguma medida, apenas pelo último tipo de recrutamento.

Especificamente com relação aos movimentos sociais, cabe ainda destacar que a origem do próprio PT remete a tais formas de ações coletivas, já que à época de sua fundação, a legenda teve como pilares os sindicatos, as comunidades eclesiais de base, diversos movimentos sociais e também intelectuais de esquerda (MENEGUELLO, 1989; GADOTTI E PEREIRA, 1989; KECK, 1991; CESAR, 2002). Ademais, a trajetória do partido e do contexto social e político nacional alteraram a relação de envolvimento de seus militantes, já que no decorrer dos anos 1990 atores como a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, por exemplo, passaram a gozar de maior destaque. De acordo com a abordagem da Sociologia do Militantismo, o ativismo vai se diferenciando ao longo do tempo de acordo com a oferta para a ação militante, que pode vir de partidos políticos, sindicatos ou associações, de forma individual ou combinada, proporcionando as condições para um ativismo multimilitante (FILLIEULE, 2001; GAXIE, 2005; FILLIEULE; PUDAL, 2010).

Em se tratando dos tipos de retribuições ao engajamento militante, novamente nossa hipótese foi parcialmente confirmada, sendo que, por um lado, os efeitos das retribuições ideológicas e simbólicas são significativos, positivos e se destacam como os expressivos preditores da intensidade da participação em todos os modelos, enquanto a retribuição por benefícios coletivos não se revelou relevante. Diante das transformações em relação à trajetória do PT e da ampliação das estruturas de oportunidades esperava-se que todos os tipos de retribuições apresentassem efeitos sobre a intensidade da participação, de modo que a ausência de efeito dos incentivos por benefícios coletivos aponta indícios de que os filiados já não demonstram ser fortemente motivados pelos resultados das políticas públicas dos governos do PT.

Por fim, nos reportamos às especificidades dos modelos e suas relações com a última hipótese de pesquisa deste artigo. Em relação ao tempo de filiação, os resultados confirmam as expectativas, pois essa variável apresenta significância estatística nos três primeiros modelos, nos quais é testada individualmente, sem o termo interativo com a idade. No modelo 1, onde o tempo de filiação foi considerado a partir do número de anos desde a filiação ao PT, a variável apresentou efeito relevante, de modo que a elevação de cada ano desde o ingresso formal no partido contribui 0,098 com a elevação da chance de maior intensidade de participação, uma vez que tal preditor tem métrica superior a 30 pontos por reunir aqueles que ingressaram no partido desde o início da década de 1980 até meados da década de 2010. De maneira semelhante, a variável dicotômica referente à filiação, componente dos modelos 2 e 3, também apresentou efeitos significativos e semelhantes, conforme mencionado anteriormente, sendo que corroborara a interpretação de que o tempo de filiação é importante para o envolvimento nas atividades partidárias, sendo que velhos filiados têm maior chance de desenvolverem ações de alta intensidade do que os novos filiados, independente de suas idades.

Quando consideramos a idade dos filiados, esperamos efeitos redutores, no sentido de que na medida em que aumenta a idade deveria diminuir a intensidade de participação dos petistas, mas não necessariamente de modo linear, o que se confirmou por conta de sinais negativos nos três modelos iniciais, ainda que sem significância no primeiro. Assim, quando considerados de forma contínua tanto o tempo de filiação quanto os anos de vida dos filiados, a idade dos indivíduos não

influencia a intensidade de sua participação. Por outro lado, quando distinguimos os respondentes entre velhos e novos filiados e definimos faixas etárias, constatamos que conforme os petistas avançam nas faixas ocorre a redução da intensidade de seu engajamento nas atividades partidárias.

Finalmente, considerados os modelos com termos interativos inseridos de acordo com resultados anteriores referentes à significância dos perfis de filiados, verificamos que novos filiados de média idade não desenvolvem atividades partidárias com intensidade distinta com relação aos demais, de modo que o desaparecimento da capacidade explicativa desse termo decorreria da inserção de variáveis relacionadas aos recursos individuais e aos tipos de recrutamento e de benefícios aos modelos.

Para os demais perfis, os resultados confirmaram nossa hipótese. O modelo 5 expõe que novos filiados de alta idade têm menor chance de envolvimento de alta intensidade em atividades partidárias, ao passo que o modelo 6 demonstra que velhos filiados de alta idade têm maior chance de engajamento nas ações do partido.

Diante do exposto, inferimos que a interação entre tempo de filiação e a idade é determinante para explicar a variação da intensidade de participação no interior do PT, de modo que a combinação entre alta idade com maior tempo de filiação reúne características que se reforçam mutuamente e resultam num acúmulo de experiência na militância partidária ao longo da trajetória do partido.

Considerando tais achados em conjunto com aqueles anteriormente analisados, constatamos que o engajamento prévio em movimentos sociais e/ou simultâneo com a militância partidária geraria condições para reforçar os laços de identidade do filiado com o petismo e aumentaria as possibilidades de retribuições simbólicas e materiais. Consequentemente, com o passar do tempo (de filiação e de idade, simultaneamente), a intensidade da participação sofreria elevações.

Contudo, há que se destacar também a existência de um efeito inverso: entre os filiados com alta idade e pouco tempo de filiação, a socialização em organizações com valores distintos do petismo ou a ausência dela refletiria na fragilidade dos laços de identidade com o PT e representaria baixa intensidade de participação no interior do partido.

6. Considerações finais

Os testes estatísticos confirmaram parcialmente as hipóteses apresentadas, mas destacaram principalmente a capacidade explicativa das duas dimensões de tempo (de filiação e de vida) sobre a intensidade da participação de filiados ao Partido dos Trabalhadores em atividades internas à legenda. Em alguma medida, a distinção entre o envolvimento partidário de velhos filiados de alta idade e os demais perfis, em especial, demonstra que a base social de filiados ao PT também tem sofrido alterações, assim como diversas pesquisas verificaram entre o eleitorado em geral, tanto com relação ao comportamento eleitoral quanto à identificação com a legenda.

Nesse sentido, entendemos que a principal contribuição deste artigo está na constatação de que tempo de filiação e anos de vida são dimensões relacionadas aos ciclos de vida e as trajetórias de militância dos filiados petistas, assim como apontam autores da Sociologia do Militantismo, como

Becker (1963), Fillieule (2001) e Agrikoliasnki (2002), por exemplo.

Em relação às características gerais do petismo, nossos resultados dialogam com o contexto de crescimento constante nas filiações partidárias a partir de 1999, com as mudanças na forma de recrutamento e de eleições internas e com a campanha nacional profissionalizada de filiação partidária, fatores que contribuíram para a expressiva elevação do número de filiados ao PT especialmente após 2002, ano da eleição de Lula para presidente. Nesse sentido, as filiações ao partido contrariam a tendência de declínio no engajamento partidário apontada pela literatura, ainda que esta se refira especialmente às democracias consolidadas (KATZ; MAIR, 1994; WHITELEY; SEYD, 2002; e WHITELEY, 2011, por exemplo).

Com relação a tal crescimento, pesquisas anteriores demonstram sua ocorrência baseada em uma estratégia de recrutamento com maior inclusividade e menor intensidade de participação (AMARAL, 2013), o que não alterou a condição de manifestação de maior intensidade da participação pelos petistas do que entre os demais filiados aos partidos paulistas (RIBEIRO, 2014a), sendo que nossos resultados reiteram e conferem dimensão representativa nacional à constatação de que essa intensidade de participação ocorre por meio tanto de atividades que exigem maior disponibilidade de recursos individuais e se referem tanto ao âmbito interno (participar de reuniões, da organização partidária e doar dinheiro) quanto externo ao partido (fazer campanhas eleitorais, contatos com políticos e abaixo assinados).

Diante da expansão territorial (KRAUSE; CAMPOS, 2006; TERRON; SOARES, 2010; VEIGA, 2011) e da nacionalização do PT, verificamos empiricamente que petistas velhos filiados de alta idade foram recrutados num contexto de forte engajamento militante em movimentos sociais e partidário simultaneamente (multimilitantismo) e, com isso, agregaram experiência política que se transformou em maiores oportunidades de retribuições simbólicas e materiais, as quais estreitam os vínculos entre as fases da história do PT com a trajetória militante desse perfil de filiados, aos moldes das discussões de autores como Gaxie (1977) e Pizzorno (1988).

Em sentido oposto, a geração dos novos filiados de alta idade aderiu ao partido num contexto do petismo institucionalizado, sem a mesma socialização prévia ao PT, o que os diferencia do perfil geral da militância e estabelece laços tênues entre suas trajetórias individuais e a trajetória do partido enquanto sujeito coletivo. Essa síntese diacrônica faz com que os novos filiados diminuam a intensidade de seu engajamento na medida em que aumenta sua idade, o que também coincide com a hipótese apresentada e corroborada por Amaral (2013) ao afirmar que as transformações ocorridas no PT levaram a um tipo de recrutamento com maior inclusividade do ponto de vista do perfil socioeconômico e menor intensidade de participação.

Portanto, os distintos níveis de intensidade da participação entre os filiados ao PT se explicam pelas trajetórias militantes em que, por um lado, a interação de tempo de filiação e de idade com os demais recursos individuais no processo de socialização se converte em experiência militante que amplia o acesso às retribuições simbólicas e materiais, se converte em capital político e reforça os laços de identificação partidária, resultando em alto engajamento, enquanto, por outro lado, a carreira militante passa por bifurcações que levam ao afastamento ou defecções, ainda que isso não signifique abandono da opção de vida militante, que também se realiza em outras esferas de participação.

No entanto, ao final deste artigo reconhecemos, para além de seus achados inovadores e contributivos para a conformação de uma agenda de pesquisas ainda incipiente, alguns limites na abrangência da análise, que demandou a opção por algumas hipóteses em detrimento da amplitude das informações disponíveis na pesquisa empírica, bem como de lacunas que permanecem em aberto como indicativos para estudos posteriores, como, por exemplo, a comparação da participação de alta intensidade dos filiados do PT em relação a outros partidos importantes no sistema partidário brasileiro e de outros países da América Latina ou outras partes do mundo, a construção de uma série histórica com os filiados do PT para analisar se mantém-se a tendência de declínio da intensidade da participação entre novos filiados de alta idade, se ela corresponde ao mesmo perfil de filiados e se esses mesmos ou outros preditores têm poder explicativo para essa variável dependente de participação de alta intensidade.

Referências bibliográficas

Agrikolianski, Éric. 2002. *La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen Depuis 1945*. Paris: L'Harmattan.

Alcántara Sáez, Manuel; Freidenberg, Flavia. 2002. Partidos políticos na América Latina. *Opinião Pública*, 8(2): 137-157.

Almond, Gabriel A.; Verba, Sidney. 1989 [1963]. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage.

Amaral, Oswaldo Estanislau do. 2014a. Por dentro das bases partidárias: uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo. Londres, Congresso da Brazilian Studies Association.

_____. 2014b. *No Brasil, os partidos existem e são importantes*. Disponível em <<http://www.condistintosacentos.com/no-brasil-os-partidos-existem-e-sao-importantes/>>. Acesso em 18 set. 2018.

_____. 2011. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, 17(1): 01-44.

Baquero, Marcello. 2000. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Barbetta, Pedro A. 2012. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 8. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Becker, Howard S. 1963. *Outsiders: studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free.

Borba; Julian; Ribeiro, Ednaldo; Carreirão, Yan; Gimenes, Éder Rodrigo. 2018. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(97): 1-24.

Borges, André; Vidigal, Robert 2018. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, 24(1): p. 53-89.

- Braga, Maria do Socorro Sousa; Pimentel Junior, Jairo. 2011. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, 17(2): 271-303.
- Brasil. 2013. *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Carreirão, Yan de Souza. 2014. O sistema partidário brasileiro: um debate sobre a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14: 255-295.
- Cervi, Emerson Urizzi. 2012. *Quando filiação partidária representa outra coisa que não interesse autônomo por política*. Disponível em <<http://www.blogempublico.com/?s=filia%C3%A7%C3%A3o&op.x=36&op.y=14>>. Acesso em 28 set. 2018.
- César, Benedito Tadeu. 2002. *PT: a contemporaneidade possível - base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Charlot, Jean. 1982. *Os partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Coradini, Odacir Luiz. 2001. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Dalton, Russell J. 2013. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage.
- Dalton, Russell J.; Farrell, David M.; McAllister, Ian. 2011. *Political parties and democratic linkage*. Oxford: Oxford University.
- Duverger, Maurice. 1980 [1951]. *Os partidos políticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Evans, Joel R.; Mathur, Anil. 2005. The value of online surveys. *Internet Research*, 15(22): 195-219.
- Fillieule, Olivier. 2001. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. *Revue Française de Science Politique*, 51: 199-215.
- Fillieule, Olivier; PUDAL, Bernard. 2010. Sociologie du militantisme. Problématisations et déplacement des méthodes d'enquête. In: O. Fillieule, E. Agrikoliansky e I. Sommier. (Orgs.). *Penser les mouvements sociaux. Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*. Paris: La Découverte, p. 163-184.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. 1980. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Gadotti, Moacir; Pereira, Otaviano. 1989. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez.
- Gaxie, Daniel. 1977. Economie des partis et retributions du militantisme. *Revue Française de Science Politique*, 27(1):123-154.
- _____. 2005. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, 11(1): 157-188.
- Gimenes, Éder Rodrigo. 2018a. Partidarismo, mobilização cognitiva e participação política no Brasil.

In: C. G. G. Martelli, M. A. C. Jardim e É. R. Gimenes (Orgs.). *Participação política e democracia no Brasil contemporâneo*. Araraquara: Cultura Acadêmica, p. 111-150.

_____. 2018b. Considerações sobre as relações entre eleitores e partidos políticos no Brasil. In: L. Fux, L. F. C. Pereira, W. de M. Agra e L. E. Peccinin (Orgs.). *Tratado de Direito Eleitoral - Direito partidário*. v. 2. Belo Horizonte: Fórum, p. 109-133.

_____. 2017. *Eleitores e partidos políticos na América Latina*. Curitiba, Appris.

_____. 2015. *A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Gimenes, Éder Rodrigo; Furriel, Wesley Oliveira; Borba, Julian; Ribeiro, Ednaldo Aparecido. 2016. Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). *Debates*, 10(2): 121-148.

Gimenes, Éder Rodrigo; Ribeiro, Ednaldo Aparecido; Lazare, Danilo Cesar Macri; Furriel, Wesley Oliveira. 2018. Determinantes da filiação partidária no Brasil. *Revista Latino-Americana de Opinião Pública* (no prelo).

Heidar, Knut. 2006. Party membership and participation. In: R. S. KATZ e W. CROTTY. *Handbook of party politics*. Londres: SAGE, p. 301-315.

Hunter, Wendy; Power, Timothy J. 2007. Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. *Latin American Politics & Society*, 49(1): 1-30.

Inglehart, Ronald; Welzel, Christian. 2009. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis.

Katz, Richard; Mair, Peter. 1994. *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western Democracies*. London: Sage.

Keck, Margaret E. 1991. *PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.

Kinzo, Maria D'Alva Gil. 1993. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Centro de Estudos Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung.

Kirchheimer, Otto. 1966. The transformation of the Western European party systems. In: J. La Palombara e M. Weiner (Orgs.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University, p. 177-200.

Krause, Silvana; Campos, F. Itami. 2006. Los partidos políticos brasileños: crisis y perspectivas. *Diálogo Político*, 23(4): 41-72.

Licio, Elaine Cristina; Rennó, Lucio R.; Castro, Henrique Carlos de O. 2009. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, 15(1): 31-54.

Lima Junior, Olavo Brasil de. 1999. Partidos, eleições e Poder Legislativo. In: S. MICELI (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira: Política*. São Paulo: Sumaré, p. 13-57.

- Lupu, Noam. 2015. Partisanship in Latin America. In: R. E. Carlin, M. M. Singer e E. J. Zechmeister (Eds.). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: Michigan University, p. 226-245.
- Mainwaring, Scott. 1997. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada. *Estudos Eleitorais*, 1(2): 335-381.
- Mair, Peter. 2003. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, 38(167): 277-293.
- Manin, Bernard. 1995. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29: 05-34.
- Mannheim, Karl. **1993** [1928]. El Problema de las generaciones. ***Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 62(93): 193-242.**
- Marôco, João. 2011. *Análise estatística com a utilização do SPSS*. 5. ed. Lisboa: Pero Pinheiro.
- May, John D. 1973. Opinion structure of political parties: The Special Law of Curvilinear Disparity. *Political Studies*, 21(2): 135-151.
- Menegozzo, Carlos Henrique Metidieri. 2013. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Meneguello, Raquel. 1989. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Meneguello, Raquel; Amaral, Oswaldo Estanislau. 2008. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. *BSP Occasional Papers – Brazilian Studies Programme/University of Oxford*, 2: 01-25.
- Mezzaroba, Orides. 1998. *O partido político em Marx e Engels*. Florianópolis: Paralelo 27.
- Nicolau, Jairo Marconi Tendências/Debates: Tentando entender nulos, brancos e abstenções. *Folha de São Paulo*, 25 out. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1174730tendenciasdebates-tentando-entender-nulos-brancos-e-abstencoes.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- Norris, Pippa. 2011. *Democratic deficit*. New York: Cambridge University.
- _____. 2004. *Electoral engineering: voting rules and political behavior*. New York: Cambridge University.
- _____. 1999. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University.
- Novaes, Carlos Alberto Marques. 1993. PT: dilemas da burocratização. *Novos Estudos*, 35: 217-237.
- Okado, Lucas Toshiaki Archangelo; Ribeiro, Ednaldo Aparecido. 2015. Condição juvenil e participação política no Brasil. *Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*, 4(1): 53-78.
- Oliveira, Wilson José Ferreira. 2013. A arte de resistir às palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: E. Seidl e I. G. Grill (Orgs.). *As Ciências Sociais e o espaço da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 141-178.
- Paiva, Denise; Krause, Silvana; Lameirão, Adriana Paz. 2016. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, 22(3): 638-674.

- Paludo, José Roberto. 2017. *Participação de alta intensidade e militância dos filiados de base do PT no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Panebianco, Angelo. 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pizzorno, Alessandro; Kaplan, Marcos; Castells, Manuel. 1975. *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: Siap Planteos.
- Ribeiro, Pedro Floriano. 2014a. *What do these people want? Membership and activism in Brazilian political parties*. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2431874>. Acesso em 17 ago. 2018.
- _____. 2014b. An amphibian party? Organisational change and adaptation in the Brazilian Workers' Party, 1980–2012. *Journal of Latin American Studies*, 46(1): 87-119.
- _____. 2013. El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil. *Revista de Ciência Política*, 33(3): 607-629.
- _____. 2008. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Ribeiro, Ednaldo; Carreirão, Yan; Borba, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, 22(3): 603-637.
- Rodrigues, Diego Freitas; Monteiro, Lorena Madruga; Melo, Marina Félix de. 2013. Paradigmas quantitativos e qualitativos no cotidiano da investigação. *Interfaces Científicas: Humanas e Sociais*, 2(1): 9-16.
- Sader, Eder. 1988. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Samuels, David. 2008. A Evolução do Petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, 14(2): 302-318.
- Sartori, Giovanni. 1982. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar/Universidade de Brasília.
- Scarrow, Susan. 2007. Political activism and party members. In: R. J. DALTON e H. KLINGEMMAN. *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University, p. 636-654.
- Schattschneider, E. E. 1942. *Party government*. New York: Holt, Reiner and Turner.
- Seidl, Ernesto. 2009. Escolarização e recursos culturais na composição de carreiras militantes. *Cadernos CERU*, 20(1): 155-169.
- Singer, André. 2012. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2000. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Seyd, Patrick; Whiteley, Paul. 2004. British party members: an overview. *Party Politics*, 10(4): 355-366.
- Speck, Bruno Wilhelm. 2013. Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. *Cadernos Adenauer*, 14(2): 37-60.

- Speck, Bruno Wilhelm; Braga, Maria do Socorro Sousa; Costa, Valeriano. 2015. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56): 125-148.
- Terron, Sonia Luiza; Soares, Gláucio Ary Dillon. 2010. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, 16(2): 310-337.
- Tilly, Charles. 1978. *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill.
- Van Biezen, Ingrid; Mair, Peter, Poguntke, Thomas. 2012. Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, 51: 24-56.
- Vehovar, Vasja; Manfreda, Kajta Lozar; Koren, Gašper. 2007. Internet Surveys. In: W. Donsbac e M. W. Traugott (Ed.). *The Sage Handbook of Public Opinion Research*. 2007. London: Sage, p. 271-283.
- Veiga, Luciana Fernandes. 2011. O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, 17(2): 400-425.
- Verba, Sidney; Schlozman, Kay Lehman; Brady, Henry E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University.
- Webb, Paul; White, Stephen. 2010. Conceptualizing the institutionalization and performance of political parties in new democracies. In: P. Webb e S. White (Ed.). *Party politics in new democracies*. New York: Oxford University, p. 1-19.
- Weber, Max. 2012 [1922]. *Economia e sociedade. Fundamentos da Sociologia compreensiva*, v. 2. 4. ed. 3. reimpr. Brasília: Universidade de Brasília.
- Witheley, Paul. 2011. Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic World. *Party Politics*, 17(1): p. 21-44.
- Witheley, Paul. F.; Seyd, Patrick. 2002. *High intensity participation: The dynamics of party activism in Britain*. Ann Arbor, MI: University of Michigan.
- _____. 1998. The dynamics of party activism in Britain: a spiral of desmobilization? *British Journal of Political Science*, 28(1): 113-137.
- Zucco Junior, Cesar.; Samuels, David. 2015. Petismo and anti-petismo. Florianópolis, Seminário Nacional Partidarismo, Militantismo e Comportamento Eleitoral no Brasil (*mimeo*).